

Políticas públicas de assistência estudantil: a percepção de discentes de uma Universidade Federal do Ceará, Brasil

Public policies on student assistance: the perception of discents from a Federal University of Ceará, Brazil

Políticas públicas de asistencia estudiantil: la percepción de los discentes de una Universidad Federal de Ceará, Brasil

Recebido: 28/03/2021 | Revisado: 03/04/2021 | Aceito: 09/04/2021 | Publicado: 11/04/2021

Samia Nagib Maluf

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8319-555X>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Brasil

E-mail: snmaluf@gmail.com

Antônio Roberto Xavier

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Brasil

E-mail: roberto@unilab.edu.br

Dijane Maria Rocha Victor

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4224-3196>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: dijanevictor@ufc.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo avaliar a trajetória de desenvolvimento de políticas públicas de assistência estudantil no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), através da implantação do Programa de Assistência Estudantil (PAES). Para tanto, realizou-se, metodologicamente, um estudo de caso tipologicamente exploratório de abordagem quali-quantitativa com emprego do instrumento do questionário para coleta/geração de dados, estatística descritiva no tocante a técnica de análise quantitativa e análise do discurso crítico concernente à parte qualitativa. No tocante aos resultados, alcançou-se que a contribuição do PAES para 93.4%, consideram que estar no programa contribui para o desenvolvimento das atividades acadêmicas; 96.7% responderam que se os benefícios fossem retirados, não conseguiriam manter-se na Universidade; 96.2%, entendem que o programa tem favorecido para a permanência na universidade; e, 76% consideram que a concessão dos auxílios afeta positivamente no desempenho acadêmico, o que corrobora com o fato de que 84% deles apresentam um Índice de Desempenho Estudantil (IDE) superior a 7,0 (sete). Por fim, considera-se que o estudo apresenta elementos que podem subsidiar os gestores nas tomadas de decisões e reflexões, contribuir para criação de mecanismos de monitoramento, controle e de revisão.

Palavras-chave: Política pública educacional; Assistência estudantil; PAES; Unilab.

Abstract

This article aims to evaluate the trajectory of the development of public policies for student assistance at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (Unilab), through the implementation of the Student Assistance Program (PAES). To this end, a typologically exploratory case study with a quali-quantitative approach was carried out using the questionnaire instrument for data collection / generation, descriptive statistics regarding the technique of quantitative analysis and analysis of critical discourse concerning the part qualitative. Regarding the results, it was found that the contribution of PAES to 93.4%, considered that being in the program contributes to the development of academic activities; 96.7% answered that if the benefits were withdrawn, they would not be able to remain at the University; 96.2%, understand that the program has favored the permanence in the university; and, 76% consider that the granting of aid positively affects academic performance, which corroborates the fact that 84% of them have a Student Performance Index (IDE) greater than 7.0 (seven). Finally, it is considered that the study has elements that can support managers in decision-making and reflections, contributing to the creation of monitoring, control and review mechanisms.

Keywords: Public educational policy; Student assistance; PAES; Unilab.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo evaluar la trayectoria del desarrollo de políticas públicas de asistencia al estudiante en la Universidad de Integración Internacional de la Lusofonía Afrobrasileña (Unilab), a través de la implementación del Programa de Asistencia al Estudiante (PAES). Para ello, se realizó un estudio de caso tipológicamente exploratorio con enfoque cuali-cuanti utilizando el instrumento cuestionario para la recolección / generación de datos, estadística descriptiva sobre la técnica de análisis cuantitativo y análisis del discurso crítico en la parte cualitativa. En cuanto a los resultados, se encontró que el aporte del PAES al 93,4%, considera que estar en el programa contribuye al desarrollo de las actividades académicas; El 96,7% respondió que si se retiraran los beneficios no podrían permanecer en la Universidad; 96,2%, entiende que el programa ha favorecido la permanencia en la universidad; y, el 76% considera que la concesión de ayudas incide positivamente en el rendimiento académico, lo que corrobora que el 84% de ellos tiene un Índice de Rendimiento Estudiantil (IDE) superior a 7.0 (siete). Finalmente, se considera que el estudio cuenta con elementos que pueden apoyar a los gestores en la toma de decisiones y reflexiones, contribuyendo a la creación de mecanismos de seguimiento, control y revisión.

Keywords: Política educativa pública; Asistencia al estudiante; PAES; Unilab.

1. Considerações Iniciais

Vários teóricos e pensadores dedicaram-se a entender o fenômeno da desigualdade social, que se constitui pela ausência e/ou restrição do acesso aos direitos e às oportunidades. O aumento das desigualdades à nível mundial surgiu a partir da metade da década de 80, coincidindo com o questionamento das teses liberais e da economia neoclássica. Na busca para o crescimento econômico sustentável sugeriram os modelos de crescimento econômico endógeno demonstram que o capital humano¹ é o grande motor do crescimento econômico (Lucas, 1988; Romer, 1990).

A qualificação do capital humano possibilita melhorias na produtividade, de inovação tecnológica e, por conseguinte, eleva a renda pessoal, assim como a renda nacional (no agregado). O modelo de Romer (1990), por exemplo, demonstra que os benefícios do nível educacional não se restringem ao nível privado, mas que existe um efeito de transbordamento desse conhecimento, levando a que a sociedade como um todo seja beneficiada. Considerando as evidências empíricas dos modelos de crescimento que dão ênfase ao conhecimento, passa-se a cotejar a ampliação da educação superior como uma das estratégias que promoveria não somente o crescimento econômico, mas poderia ser utilizada também como um dos elementos para a redução das desigualdades.

Por conseguinte, muitos países e organizações internacionais começam a desenvolver e promover ações e estabelecer metas com vistas à redução das desigualdades sociais através da educação, dentre outras; principalmente junto aos países em desenvolvimento e àqueles de recente democratização. No caso brasileiro, em que o tecido social nasceu e desenvolveu-se em meio a tantas diferenças sociais, a educação constitui-se como uma possibilidade de emancipação sustentável. O novo modelo de gerencialismo público ao compartilhar com os grupos de interesse a responsabilidade pelo acompanhamento da implementação e avaliação das políticas públicas que lhes correspondem, faz com que seja necessária a verificação da percepção dos seus beneficiários em relação à política pública para possíveis correções e ajustes; caso sejam necessárias.

Destarte, considerando que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)² é uma instituição de ensino superior que iniciou as suas atividades em período recente e face à lacuna de estudos que identifiquem a percepção dos(as) beneficiários(as) do Programa de Assistência Estudantil (PAES) realizou-se esse estudo pioneiro nessa direção e com esse objetivo.

Para contextualizar o processo dinâmico do ciclo da Política Pública de Assistência Estudantil, que, ao longo tempo foi empreendida dentro de arenas sociais, tanto para a sua consolidação quanto para assegurar não somente a ampliação do acesso à

¹ Conjunto de conhecimento, habilidades e atitudes que favorecem a realização do trabalho de modo a produzir valor econômico, intelectual, cultural., dentre outros. Geralmente é medido, nos modelos econômicos, pelo número de anos de estudo.

² Criada pela Lei 12.289 de 20/07/2010, DOU 138, de 21/07/2010, seção 1, p.4. Iniciou suas atividades acadêmicas em 25/05/2011, no Campus da Liberdade, com sede em Redenção-CE. Face à recente criação da IES (10 anos, somente) e inexistência de estudos nessa direção, o trabalho é considerado como pioneiro.

educação superior, mas também para a permanência do discente, realizou-se uma revisão de literatura contemplando a trajetória brasileira de desenvolvimento das políticas públicas de assistência estudantil; assim como dentro da Unilab, através da implantação do PAES.

Fazer uso de práticas que visem melhorar a governança corporativa e a prestação de contas (*accountability*) têm sido adotadas para que, através dos mecanismos participativos (escuta da sociedade e/ou público-alvo da política pública) os processos decisórios, organizacionais e de ajustes da política sejam realizados. Com vistas a atender esse objetivo foi realizada uma pesquisa qualitativa para identificar a percepção sobre o programa, pelos(as) beneficiário(as) do PAES, do Censo de 2018, dos *Campi* do Ceará.

A presente pesquisa, além dos elementos pré e pós-textuais está dividido em 7 (sete) seções textuais. A primeira, estas considerações iniciais, apresenta o trabalho como um todo e as principais seções. É o espelho geral desta produção. A segunda seção aborda os principais conceitos e contextos das políticas públicas por meio de revisão de literatura pertinente; a terceira, apresenta a evolução histórica e regulamentar da política de assistência estudantil no Brasil; a quarta discorre sobre o processo de regulamentação e implementação da assistência estudantil na *in loco*, na Unilab; a quinta introduz a metodologia onde é explicitado como a pesquisa foi realizada; a sexta seção apresenta a coleta/geração de dados e analisa os resultados e na sétima, as considerações finais.

2. Políticas Públicas: Breve Contextualização

Desenvolveu-se na Europa com foco na análise sobre o Estado e as instituições sem priorizar a intervenção do Estado. Diferentemente, nos EUA, ela concentra-se na ação do Estado e surge como disciplina acadêmica – subárea da Ciência Política. A sua trajetória percorreu o ceticismo de Madison em relação ao ser humano, levando-o a considerar que as instituições como forma de conter a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. E, por fim, como ramo da Ciência Política que busca compreender a forma e a razão que levam os governos a optarem por determinadas ações. Desenvolve-se no pós-guerra fria, como ferramenta para tomada de decisões e, desta forma, passa a incorporar outras ciências (matemáticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos, economistas, dentre outros) com vistas à apoiar as formulações e decisões do governo (Souza, 2006).

Simon (1957, *apud* Souza, 2006) analisando a racionalidade dos decisores públicos (*policy makers*) identifica alguns aspectos limitantes, tais como: informação incompleta ou imperfeita, tempo para tomada de decisão e auto interesse. Para solucionar tais restrições entende-se que a criação de regras e incentivos podem acompanhar e condicionar o comportamento dos indivíduos para a obtenção dos resultados esperados, restringindo a maximização de interesses próprios. Laswell (1936) cunhou a expressão de análise de política pública (*policy analysis*) para estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupo de interesse e governo; além de ser o elo entre o conhecimento científico e a ação governamental. Lindblom (1959; 1979) contrapondo o racionalismo de Laswell e Simon incorporou novas variáveis para a formulação e análise de políticas públicas, quais sejam, as relações de poder e a integração das diferentes etapas do processo decisório. Para Easton (1965), existe uma relação entre a formulação, resultados e o ambiente; dado que os partidos, a mídia e os grupos de interesses fornecem subsídios para a formulação de políticas públicas, assim como influenciam seus resultados e efeitos.

Em termos conceituais, ressalta-se a inexistência de consenso, considerando as diferentes e, em algumas vezes, complementares óticas e perspectivas de vários autores. Mead (1995) a considera como uma área dentro do estudo da política; Lynn (1980) como um conjunto de ações para alcançar objetivos específicos; Peters (1986) a define como o conjunto das atividades (diretas ou por delegação) do governo que interferem na vida da comunidade; Bachrach e Baratz (1962) consideravam que a inação em relação a um problema, seria também uma forma de política pública. Nessa perspectiva, Dye (1984) a sintetiza como a escolha do governo de fazer ou não fazer. Para a autora, a mais conhecida definição é a de Laswell (1936), em que responderia às questões de quem ganha o quê, por quê e o resultado. (Souza, 2006)

Boneti (2006) reconhece o papel peremptório do Estado nas formas e processos de elaboração das Políticas Públicas, mas Faleiros (1991, *apud* Barbosa, 2015) salienta que a sua definição ocorre dentro de uma arena contraditória e conflituosa, em razão das demandas e pressões entre diversos poderes dos diferentes segmentos sociais, atravessando os diferentes grupos de classes e movimentos que, por sua vez, ao envolver organizações podem representar em alianças e interesses. Entretanto, como mostra Avritzeer (2009), a sociedade organizada pode ser protagonista do processo sobre o Estado.

Souza (2006) considera, que a política pública, no geral e a política social, particularmente, são consideradas como campo multidisciplinar; por conseguinte, a teoria geral sintetiza teorias construídas no campo da sociologia, ciência política e da economia para explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Aduz também que se existe uma autonomia relativa do Estado, por conseguinte, haverá espaço para influências externas e internas na formulação das políticas públicas.

Em termos de modelos de formulação e análise de políticas públicas, ressaltam-se o do Tipo³ de política pública; Incrementalismo; O ciclo da política pública; *Garbage Can*; Coalizão de defesa; Arenas Sociais; Equilíbrio Interrompido e o do Novo gerencialismo público. Na ótica do modelo de ciclo existem vários estágios, dentro de um processo dinâmico e de aprendizado: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. (Souza, 2006).

Silva (2019) considera a necessidade de implantação de mecanismos de processos que tenham por objetivo a melhoria da governança corporativa e prestação de contas (*accountability*), de tal forma que ocorra uma maior transparência dos gastos públicos e das ações do governo com vistas a verificar se os retornos para a comunidade para a qual a política pública foi desenhada.

3. Políticas Públicas de Assistência Estudantil no Brasil

A trajetória de efetivação das políticas públicas no Brasil tem sido assunto de várias abordagens. Para este estudo citamos, por exemplo, a abordagem de Kowalski (2012) que considerou e delimitou a efetivação das políticas públicas no Brasil em três fases.

A primeira ocorreu em um momento de acesso restrito à educação superior e de concentração na elite financeira do país. A primeira ação promovida pelo estado brasileiro ocorreu com a construção da Casa do Estudante Brasileiro⁴ e sua manutenção, bem como dos alunos. O Decreto 19.851/1931 instituiu o estatuto da organização das universidades brasileiras, criando parâmetros para a organização didática e administrativa. Com base nesse decreto, tornou-se possível a participação de forma consultiva e deliberativa dos estudantes através da sua representação pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) no Conselho Universitário.

Consoante com esse cenário é que Ladeira e Martins (2015) e Maciel, Silva e Veloso (2015) consideram que o marco da assistência estudantil no Brasil foi a construção da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1931, mantida com doações inclusive do governo federal, dado que era revestiu-se do caráter efetivamente assistencialista, uma vez que apoiava os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. A Constituição Federal de 1934 estabeleceu a obrigatoriedade de que os entes públicos (União, estados e o Distrito Federal) reservassem não somente o patrimônio, mas também fundos para a educação e que parte desses fundos fossem direcionados para os alunos em situação de vulnerabilidade econômica através da concessão de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica. Em 1937, surge a União Nacional dos Estudantes (UNE) para representar e defender os interesses estudantis. A Constituição Federal de 1948 assegurou a assistência estudantil

³ Lowi (1964; 1972) desenvolveu quatro formatos: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas.

⁴ Construída em Paris, em 1928; para receber jovens da elite brasileira.

para todos os níveis de ensino. Em 1961, através da Lei 4.024 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assegurando a assistência social escolar.

Nessa perspectiva, a UNE protagonizava o levante para a reforma universitária, no sentido de que elas se transformassem em espaços mais plurais, com a criação de cursos em que todos tivessem acesso. Em meio ao ambiente de repressão social e política a reforma universitária foi promulgada pela Lei 5.540/68, tendo sido considerada como uma antirreforma, dado que contemplava em muito pouco às demandas da comunidade acadêmica. Posteriormente, em 1970 foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que tinha como missão assegurar ações de assistência estudantil em todo o território nacional. Em suma, a primeira fase da política de assistência estudantil inicia-se com a abertura das primeiras universidades⁵ e Casas do Estudante (seja em Paris ou no Rio de Janeiro) até a formulação dos primeiros dispositivos de regulamentação da educação, entretanto considerada como uma fase em que a subsidiou os interesses da elite, para que tivessem acesso à educação superior.

A segunda fase desenvolve-se em um período de embates para a criação e fortalecimento de novas políticas públicas educacionais em que o acesso e a permanência passaram a ter espaço na agenda dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis, apoiadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), levando à criação, em 1987, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), cujo principal objetivo era o de propor mecanismos que contemplassem e pudesse garantir a permanência dos estudantes de vulnerabilidade econômica. Entretanto, registrou-se na década de 90 uma redução dos recursos financeiros para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esse processo somente começa a reverter-se na Conferência Mundial sobre Educação Superior, em Paris, em 1998, em que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), através da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, estabeleceu no seu artigo 3º. que os grupos menos favorecidos (povos indígenas, membros de minorias culturais e linguísticas) deveriam receber assistência material especial, assim como de soluções educacionais que contribuíssem para tanto para o acesso, quanto para permanência.

O então Ministério da Educação e Cultura (MEC) brasileiro cria o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), em 1999, que foi desenhado para financiar a graduação dos estudantes de instituições privadas, subvertendo as questões de acesso e permanência nas IFES públicas. Nessa mesma direção, o Plano Nacional de Educação (PNE)⁶ transfere a responsabilidade do poder público para a sociedade, criando em 2005 o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁷, concedendo bolsas de estudos integrais e parciais aos estudantes de graduação, cursos sequenciais de formação específica, mas de instituições privadas e a assistência estudantil baseia-se tão somente nos valores das mensalidades. Apesar do desenho de política estar voltado para a iniciativa privada e não contemplar uma agenda governamental, Silva e Carvalho (2020) reconhecem que a política conseguiu incluir grande parcela de indivíduos excluídos socialmente e historicamente do acesso ao ensino superior. Essas ações voltadas para a iniciativa privada levaram a realçar a relevância da assistência estudantil, levando a uma ampliação do acesso ao ensino superior, por parte do governo e é nesse ambiente que surge a terceira fase, considerada, no momento como atual.

O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁸ em 2007 inaugura a terceira fase com a criação e ampliação do acesso e pelas garantias de permanência dos estudantes no ensino superior, inclusive para o aumento de vagas para o período noturno. O Plano menciona o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que

⁵ A primeira universidade pública brasileira foi criada pelo Decreto 14.343/1920, no Rio de Janeiro.

⁶ Lei nr. 10.172 de 2001.

⁷ Lei 11.906/2005.

⁸ Decreto nr. 6.096 de 2007, investimento gradativo (2008 a 2012) de R\$2 bilhões para a construção e readequação de infraestrutura e equipamentos, pessoal e custeio, no período de 2008 a 2012.

foi assegurado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com vistas a aumentar e assegurar o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. O PNAES foi aprovado no final de 2007⁹, como mecanismo de sustentação e de política afirmativa não somente para o acesso, mas para a expansão, permanência e o desenvolvimento da vida acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, selecionados por critérios socioeconômicos.

Por considerar que a Portaria não seria suficiente para garantias à Assistência Estudantil, a FONAPRACE realizou reunião em outubro de 2009 demandando a consolidação do PNAES em uma lei federal, desta feita em 2010, ocorre a institucionalização do PNAES¹⁰. Silva e Carvalho (2020) ressaltaram que a Lei 11.892, de 29/12/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que foram incorporados como executores da Assistência Estudantil do PNAES. O PNAES vinculou-se ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e contempla as seguintes áreas: I - moradia estudantil; II – alimentação; III – transporte; IV – assistência à saúde; V – inclusão digital; VI – cultura; VII – esporte; VIII – creche; IX – apoio pedagógico; X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (Brasil, 2007a; 2010).

4. Política Públicas de Assistência Estudantil: o Caso da Unilab

A lei de criação da Unilab, em seu artigo 2º., estabelece como “missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional”. Logo ela nasceu em um contexto de interiorização e internacionalização do ensino superior, oferta vagas para estudantes nacionais e estrangeiros (CPLP-África em especial), sediada em Redenção, no interior do Ceará, na macrorregião do Maciço de Baturité¹¹, que compreende os municípios e as particularidades¹² que constam na Tabela 1 e que tornaram relevante a criação e implantação da Unilab, considerando os impactos positivos, não somente nas cidades dos *Campi* (Redenção e Acarape)¹³, mas na região como um todo.

⁹ Portaria Normativa nr. 39, de 12/12/2007, entrando em vigor a partir de 2008.

¹⁰ Decreto Lei 7.234, de 19/07/2010.

¹¹ Região do sertão central cearense, com uma formação geológica com rochas ígneas, metamórficas, sedimentares e sedimentos.

¹² Cidades pequenas, significativa participação da população da zona rural, no geral metade e baixo PIB *per capita*.

¹³ O estudo foi desenvolvido no Ceará, apesar da Unilab contar com um Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, na Bahia, considerando as limitações impostas pela pandemia do Covid-19.

Tabela 1 – Dados gerais sobre o Maciço de Baturité.

Municípios	Área km2 2010	Pop. Urb 2010	Pop. Rural 2010	Total Pop 2010	PIB_pm (x 1mil- RS\$)	PIB_p m 2010	IDH
Acarape	155,19	7.982	7.356	15.338	68.314	4.454	0,606
Aracoiaba	656,53	13.737	11.654	25.391	107.384	4.227	0,615
Aratuba	142,54	3.769	7.760	11.529	60.488	5.247	0,622
Barreira	245,95	8.127	11.446	19.573	87.775	4.484	0,616
Baturité	308,78	24.437	8.884	33.321	166.097	4.984	0,619
Capistrano	194,8	6.212	10.850	17.062	63.481	3.720	0,611
Guaramiranga	59,47	2.495	1.669	4.164	30.162	7.242	0,637
Itapiúna	588,68	8.819	9.807	18.626	68.109	3.657	0,604
Mulungu	134,59	4.198	7.287	11.485	52.811	4.598	0,607
Ocara	765,37	7.605	16.402	24.007	84.802	3.532	0,594
Pacoti	111,95	4.745	6.862	11.607	55.036	4.742	0,635
Palmácia	117,81	4.957	7.048	12.005	43.612	3.633	0,622
Redenção	225,63	15.134	11.281	26.415	120.713	4.568	0,626
Total Maciço Ceará	3707,29 148.825,6	112.217 6.343.990	118.306 2.104.065	230.523 8.448.055	1.008.784 79.336.299	4.929 9.391	

Fontes: IBGE e IPECE.

A regulamentação do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) foi realizada através da Resolução 7 de 08/08/2012, considerando os ditames do PNAES e sob responsabilidade da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Os auxílios contemplados pelo programa, nessa Resolução são os de moradia, instalação, transporte, alimentação e social.

A Resolução 8 de 23/04/2014 alterou a Resolução 7/2012 no sentido de adequar à nova estrutura organizacional da Unilab, dado que o PAES passou a ser gerido pela Coordenação de Políticas Estudantis (COEST), lotada na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), o que não inviabiliza a sua interlocução e apoio de outras coordenações, tais como a de curso e de ensino e graduação. Para além da adequação em decorrência da mudança organizacional, a resolução incorporou alterações importantes, dentre elas vale ressaltar a inclusão do auxílio emergencial e os seus condicionantes; revisão do artigo 8º. que normatiza os documentos comprobatórios e os requisitos; incorpora, no artigo 9º. , a localização da moradia (zona rural) como um dos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica; inclui no artigo 14º., no item I, o prazo de até 30 (trinta) dias para a entrega da documentação relativa à utilização do auxílio de instalação; bem como outros realinhamentos e adequações do texto e dos processos com vistas ao aprimoramento do programa. A Resolução 28, de 18/11/2014 institui o Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), alinhado com todas as demais Pró-Reitoria, mas ainda sob a tutela da PROPAE, para contemplar as particularidades da Unilab. Através desse programa, o discente é acompanhado, orientado e apoiado na sua integração à vida acadêmica, acomodação, às instituições brasileiras competentes em termos de saúde, permanência no país, registro acadêmico e inserção no PAES.

A Resolução 001-B, de 09/02/2015, alterou a Resolução 008/2014 através ao Conselho Universitário (CONSUNI), substituindo a reitoria, além de refinar o artigo 6º., além de incluir os incisos 14º (flexibiliza o local da residência para os casos de majoração abusiva do valor locatício) e o 15º (possibilidade de criação de novos programas, considerando a dinâmica da realidade institucional, desde que não desatenda os artigos 1º. (instituição e regulamentação do Programa); 2º(finalidade) e o 3º (objetivos).

5. Metodologia

Metodologicamente o presente estudo quanto ao método procedimental trata-se de estudo de caso por concentrar a sua investigação sobre política pública em uma instituição de ensino superior no interior do Estado do Ceará no Brasil, em particular, na Unilab. No tocante aos objetivos verifica-se uma pesquisa do tipo exploratória, por ter realizado um levantamento das informações para a construção da trajetória de desenvolvimento, implementação e consolidação da política pública de assistência estudantil. Com relação a abordagem, esta é de cunho prevalentemente quali-quantitativa (SEVERINO, 2007; GODOY, 1995; YIN, 2001).

O levantamento das informações para abordar e explorar o objeto de estudo foi realizado utilizando, primeiramente a pesquisa bibliográfica para identificar os principais trabalhos acadêmicos, estudos e legislação que abordam o tema. Nesse sentido, realizou-se uma revisão de literatura narrativa sucintamente sobre políticas públicas educacionais e de assistência estudantil no Brasil e junto ao caso da Unilab, em particular.

Para investigar a percepção dos beneficiários sobre o programa, utilizou-se o questionário como instrumento de pesquisa do questionário, que permitiu a coleta de dados, que foram tratados através da estatística descritiva (SEVERINO, 2007).

O público-alvo da pesquisa são discentes (nacionais e estrangeiros) beneficiários do PAES, do Censo de 2018, de todos os cursos ofertados nos Campi do Ceará (Liberdade, Auroras e Palmares).

Considerando a relevância da política pública de assistência estudantil no contexto em que se insere a Unilab, qual seja, no interior do Ceará do Brasil e que propicia o acesso e manutenção de estudantes de países lusófonos, assim como para os nacionais, em especial aqueles da Macrorregião do Maciço de Baturité, realizou-se uma pesquisa qualitativa junto aos beneficiários do PAES com o objetivo de verificar a percepção dos discentes em relação ao programa em referência.

Diante da natureza autárquica federal do caso em estudo, fez-se necessário também o levantamento do marco legislativo legal e dos desdobramentos regulatórios, tais como: Leis, Decreto-Lei, Resoluções dentre outros.

6. Coleta/Geração de Dados e Resultados

As informações concernentes à população foram fornecidas pela Propae, fundamentalmente, mas também pelo DRCA. A construção do questionário seguiu as questões norteadoras estabelecidas no Quadro 1.

O plano amostral foi construído através de uma amostra estratificada, levando em consideração o gênero, curso e nacionalidade. A coleta dos dados foi realizada durante os meses de julho e agosto de 2020. As respostas dos questionários que foram validadas para compor os dados dessa pesquisa baseiam-se em 211 (duzentos e onze) questionários, que correspondem a 10,5% da população, garantindo a representatividade da amostra. Metodologicamente, a pesquisa foi construída conforme registrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Percurso metodológico.

Questões norteadoras	Objetivos específicos	Sujeitos da pesquisa/ Documentos	Ações/ Metodologia
O que a literatura aborda em relação aos principais conceitos que permeiam o objeto de estudo?	Compreender a percepção que os beneficiários do PAES têm em relação aos benefícios recebidos.	Legislação. Trabalhos acadêmicos e artigos científicos.	Revisar a legislação e os estudos que versam sobre o tema.
Qual é o perfil do(a) discente beneficiário(a) do PAES?	Realizar o mapeamento do perfil socioeconômico do(a)s discentes beneficiário(a)s do PAES.	Gênero, idade, religião, estado civil, filhos, domicílio, moradia. Questionário	Questões: 3,4,5,6,7,8,11,14. Estatística descritiva.
O valor recebido pelo programa é suficiente para a permanência na universidade com qualidade?	Avaliar a suficiência dos recursos do programa.	Público-alvo. Questionário.	Questão 20. Estatística descritiva.
O PAES contribui para que você possa desenvolver suas atividades acadêmicas?	Investigar a importância do programa para que os discentes possam realizar as suas atividades (aspectos emocionais).	Público-alvo. Questionário	Questão 22. Estatística descritiva.
Considera que o PAES tem favorecido a sua permanência na universidade?	Analisar se o PAES tem sido uma estratégia de retenção dos discentes e se evita a evasão.	Público-alvo. Questionário.	Questão 23. Estatística descritiva.
Acredita que existe uma relação entre a concessão dos auxílios e o seu desempenho acadêmico?	Determinar se os discentes consideram que o PAES os ajudam a ter um bom desempenho acadêmico.	Público-alvo. Questionário.	Questão 24 e 25. Estatística descritiva.
Se os benefícios fossem retirados, você conseguiria manter-se na universidade?	Diagnosticar a dependência dos recursos para a permanência na universidade. Pergunta reguladora.	Público-alvo. Questionário. Confirmação da Questão 23.	Questão 32. Estatística descritiva.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Barbosa (2015).

Os resultados da amostra estratificada foram compilados e serão apresentados e analisados pelas Tabelas 2, 3 e 4. Primeiramente são apresentados os dados que permitiram a construção do perfil sociodemográfico dos respondentes, tornando possível conhecer as suas características, que estão dispostas na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil sociodemográfico.

Características	Tipologia	%
Gênero	Feminino	45.1
	Masculino	53.5
	Outros	1.4
Faixa Etária	17-19 anos	7.0
	20-24 anos	62.9
	25-29 anos	23.9
	Outras	6.2
Estado Civil	Solteiro (a)	91.5
	Outros	8.5
Dependentes	Sem filhos	91.1
	Possuem filhos	8.9
Domiciliar	Zona Urbana	60.1
	Zona Rural	39.9
	Alugado	60.6
	Próprio/Quitado	26.3
	Outros	13.1
	Moram com amigos/colegas	45.5
	Cônjuge/companheiro	26.8
Pais ou familiares	11.3	
Outros	16.4	
Religião	Católica	48.6
	Evangélica	22.9
	Não tem religião	22.4
	Outras	6.1
Nacionalidade	Brasileira	65.3
	Guineense	20.7
	Angolana	11.3
	Outros (africanos e brasileiros-quilombola ou indígena)	2.7
Valor(es) do(s) auxílio(s) recebidos:	RSS\$530,00	51.2
	RSS\$380,00	33.3
	RSS\$300,00	1.4
	RSS\$150,00	14.1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

O perfil dos respondentes quanto ao gênero, pode-se inferir que a amostra é relativamente equitativa, dado que 45.1% são mulheres e 53.5%, homens. Quanto à faixa etária, encontram-se entre 20 a 24 anos (62.9%), são solteiros (91.5%) e não têm filhos (91.1%). Em relação à localização¹⁴ do domicílio, 60.1% estão na zona urbana e 39.9% na zona rural; em termos de relação contratual, 60.6% dos declarantes afirmaram serem alugados e quanto à convivência, 45.5% informaram que dividem a residência com amigos, colegas ou estudantes. Existe uma prevalência da religião católica (48.6%), entretanto, chama atenção para o contingente de evangélicos e daqueles que não têm religião, dado que os percentuais são basicamente os mesmos (22.9% e 22.4%, respectivamente) e, na sua maioria são brasileiros (65.3%).

A Tabela 3 apresenta os resultados em relação à percepção dos beneficiários(as) em relação ao programa, com base no percurso metodológica do Quadro 1, em que as questões norteadoras foram elaboradas com vistas a identificar a impressão dos beneficiários(as).

¹⁴ Segundo classificação do IBGE.

Tabela 3 – Percepção dos beneficiários do PAES (2018) em relação ao Programa.

Questão norteadora	Resposta	%
Q20 - O valor recebido por meio do PAES é suficiente para a sua permanência com qualidade na Unilab?	Sim	35.2
	Não	64.8
Q22 – O Programa de Assistência Estudantil contribui para que você possa desenvolver suas atividades acadêmicas?	Sim	93.4
	Não	6.6
Q23 – Considera que o Programa de Assistência Estudantil tem favorecido a sua permanência na universidade?	Sim	96.2
	Não	3.8
Q24 – Acredita que existe uma relação entre a concessão de auxílios e o seu desempenho acadêmico? Resposta na Escala Likert: 1 – Discordo totalmente 4 - Concordo 2 – Discordo 5 – Concordo totalmente 3 – Indiferente (ou neutro)	5	51.6
	4	24.4
	3	16.4
	2	3.8
	1	3.8
Q25 – Qual é o seu Índice de Desempenho do Estudante (IDE)?	9 a 10	13.1
	8 a 8.9	37.6
	7 a 7.9	33.3
	5.1 a 6.9	15.0
	Abaixo 5	6.0
Q32 - Se os seus benefícios fossem retirados, você conseguiria manter-se na universidade?	Sim	96.7
	Não	3.7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Em relação à suficiência do valor dos auxílios, 64.8% dos respondentes consideram que o valor recebido não é suficiente para a permanência com qualidade na Unilab. Para que essa informação possa ser melhor analisada, realizou-se o cruzamento desta resposta com o valor recebido por cada uma das classes de auxílios, como apresentado na Tabela 4. Entretanto observa-se que existe uma prevalência para a insuficiência dos recursos em quase todas as classes de valores, entretanto a que apresenta maior percentual é a que se refere ao auxílio de menor valor. Essa evidência pode auxiliar e fornece subsídios para os gestores públicos.

Tabela 4 – Cruzamento dos valores recebidos com a percepção de insuficiência financeira.

				Count	Column N %
Q19	R\$ 150,00	Q20	Não	23	76,7%
			Sim	7	23,3%
	R\$ 300,00	Q20	Não	2	66,7%
			Sim	1	33,3%
	R\$ 360,00	Q20	Não	45	63,4%
			Sim	26	36,6%
	R\$ 530,00	Q20	Não	66	61,7%
			Sim	41	38,3%

Fonte: SPSS, elaboração própria.

Concernente à contribuição do PAES para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, 93.4% consideram que estar no programa contribui para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Outro aspecto que corrobora com a afirmação dos discentes, é o fato de que 96.7% responderam que se os benefícios fossem retirados, não conseguiriam manterem-se na universidade. Além de que, 96.2% entendem que o programa tem favorecido para a permanência na universidade. No que se refere à questão norteadora de que a concessão dos auxílios afeta positivamente no desempenho acadêmico, os resultados indicam que: 76% concordam totalmente ou concordam. Essa evidência é corroborada com o fato de que 84% deles apresentam um Índice de Desempenho Estudantil (IDE) superior a 7,0 (sete).

7. Considerações Finais

No que se refere aos objetivos do estudo, considera-se que os resultados foram alcançados uma vez que apresenta a revisão bibliográfica das políticas públicas e de assistência estudantil, no Brasil e para o caso em estudo; assim como obteve a percepção dos beneficiários em relação à política pública para eles formulada, através de uma pesquisa quali-quantitativa.

Com base nos resultados da pesquisa apresentados e na análise dos documentos regulatórios pode-se inferir que a Unilab tem atendido aos objetivos do programa, tanto no que diz respeito à institucionalização da Política de Assistência Estudantil para os nacionais, assim como para os estrangeiros (PAIES, vinculado ao PAES). O programa tem contribuído para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, permanência e êxito acadêmico. E, caso os benefícios fossem retirados os respondentes não conseguiriam manterem-se na universidade.

Ressalta-se que a inclusão dos domicílios situados na zona rural como indicador de vulnerabilidade socioeconômica pela Resolução nr. 008/2014 apresentou-se como uma ação assertiva e necessária haja vista o quantitativo de residentes nesta zona.

Em relação aos valores recebidos, os(as) beneficiários(as) consideram que os mesmos carecem de reavaliação dos seus valores, dado que são considerados insuficientes, em especial para o auxílio de menor valor.

Por fim, considera-se que o estudo apresenta elementos que podem subsidiar os gestores nas tomadas de decisões e reflexões, contribuir para criação de mecanismos de monitoramento, controle e de revisão. Além de ser considerado como uma avaliação de ações de governança e de prestação de contas (*accountability*) em relação ao PAES.

Referências

- Barbosa, A. V. (2015) *Sobreviver e/ou graduar? Os limites do programa de auxílio socioeconômico da Universidade de Brasília do ponto de vista de seus/suas beneficiários/as*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- Boneti, L. W. (2006) A gênese das políticas públicas: princípios e determinantes/Enfim, o que são as políticas públicas e quais são os seus objetivos hoje. In: Boneti, L. W. *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Unijuí. 19-66; 73-89.
- Brasil. (1934) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934*. http://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 10 out. 2020.
- Brasil. (1946) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 18 de setembro de 1946*. http://www.planalto.gov.br/civil_03/Constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 10 out. 2020.
- Brasil. (1946) *Decreto nr. 20.302, de 2 de janeiro de 1946*. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20302-2-janeiro-1946-327736-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Brasil. (1961) *Lei nr. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Brasil. (1974) *Lei nr. 6.025, de 5 de abril de 1974*. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6025-5-abril-1974-357535-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Brasil. (1974) *Lei nr. 74.706, de 17 de outubro de 1974*. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/decreto-74706-17-outubro-1974-423324-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Brasil. (1996) *Lei nr. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L9394.htm.
- Brasil. (2005) *Lei nr. 11.096, 13 de janeiro de 2005*. http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm.
- Brasil. (2007) *Decreto nr. 6.096, de 24 de abril de 2007*. http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D0696.htm.
- Brasil. (2007) *Portaria Normativa nr. 39, de 24 de abril de 2007, 2007 a*. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf.
- Brasil. (2010). *Decreto nr. 7.234, de 19 de julho de 2010*. http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm.
- Brasil. (2014). *Lei nr. 13.005, de 25 de junho de 2014*. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>.
- Godoy, A. S. (1995). A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*. 35(4), 65-71.

- Ladeira, M. R. A., & Martins, R. A. de S. (2015) Limites e possibilidades para a permanência no Ensino Superior Público: o compromisso social da Universidade. In: *I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos*. Londrina, PR, de 09 a 12 de junho. http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/trabalhos/eixo1/oral/12_limites_e_possibilidades_pdf.
- Lucas, R. E., Jr (1988) *On the mechanics of economic development*. *Journal of Monetary Economics*, 22(1), 3-42. [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(88\)90168-7](https://doi.org/10.1016/0304-3932(88)90168-7).
- Romer, P. M. (1990) *Endogenous technological change*. *Journal of Political Economy*, 98(2), S71-S102. <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/261725>.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. (23A ed.), Cortez.
- Silva, A. R. X. (2019) *A materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade do Acre: texto, contexto, processos e práticas*. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Acre, Rio Branco/AC. <http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2019/DissertaoAdoRogrioXavierSilva.pdf>.
- Silva, A. R. X., & Carvalho, M. C. A. (2020). Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 10, p. 01-26, e020042. <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1244>.
- Silva, M. G. M.; Maciel, C. E., & Veloso, T. C. M. A. (2015) Acesso à educação superior sob o debate da inclusão. In: Chaves, Vera 249 *Revista Educação em Questão*, Natal, 51(37), 224-250.
- Silva Júnior, J. R., & Catani, A. (Org.). (2013) *A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais*. Xamã.
- Souza, C. (2006) *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 16, pág. 20-45, dezembro. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso>
- Vieira, P. L., & Castro, R.C. A. M. (2019). Permanência e êxito: contribuição da Política de Assistência Estudantil na UFPA, Campus de Altamira. *Revista Exitus*. Santarém/PA, v. 9, nr. 3, p. 87-115, jul/set. <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperio-dicos/index.php/revistaexitus/issue/view/29>.
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. (2012) Reitoria. Resolução nr. 07, de 08 de agosto de 2012. *Resolução-no.-007-Consup-Regulamenta-o-Programa-de-Assist%C3%Aancia-ao-Estu-dante-PAES-da-Unilab.pdf* <http://unilab.edu.br/http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/09>.
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. (2014) Reitoria. Resolução nr. 08, de 23 de abril de 2014. Redenção, 2014. http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/RESOLUÇÃO-NR.-008-Alltera-Ad-Referendum-a-RESOLUÇÃO-NR.007_2012.pdf.
- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (2015). Consuni. Resolução nr. 001-B, de 09 de fevereiro de 2015. Redenção, 2015. http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/Resolução-001-B-Alltera-a-Resolução-nr.-008_2014-que-regulamentou-o-Programa-de-Assistencia-ao-Estudante-1.pdf.
- Yin, R. K. (2001) *Estudo de caso: planejamento e métodos* / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. (2a ed.), Bookman.